

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1019089-21.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Prestação de Serviços
Requerente:	Smf Consultores Associados Ltda. (Job Terceirização)
Requerido:	Matra Indústria e Comércio Ltda

SMF CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA (JOB TERCEIRIZAÇÃO) ajuizou ação contra MATRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pedindo a constituição do título executivo judicial, caso desatendido o mandado monitório, no tocante à obrigação de pagar R\$ 12.240,00, correspondente à importância desembolsada perante a Justiça Trabalhista para quitação das verbas indenizatórias devidas ao trabalhador temporário por ela contratado.

Citada, a ré opôs embargos ao mandado, aduzindo em preliminar sua ilegitimidade passiva, pois não possuía vínculo empregatício com o trabalhador temporário e não participou do acordo firmado pela autora, o qual ocorreu antes do trânsito em julgado da sentença proferida pelo juízo trabalhista, bem como a falta de pressuposto de validade do processo, vez que no período em que o trabalhador laborou em suas dependências não havia cláusula contratual prevendo sua responsabilidade pela estabilidade provisória. No mérito, advogou que o pagamento realizado pela autora exclui sua responsabilidade subsidiária, que somente seria responsável se tivesse ocorrido o trânsito em julgado da sentença prolatada na ação trabalhista e que o aditamento do contrato ocorreu dois anos após a prestação do serviço pelo trabalhador temporário.

Manifestou-se a autora embargada, refutando tais alegações.

É o relatório.

Fundamento e decido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Não prospera a alegação de ausência de pressuposto de validade do processo, pois a presente ação monitória está fundada em prova escrita pré-constituída sem eficácia de título executivo, conforme observou a decisão que concedeu a medida liminar (fl. 76).

Além disso, está demonstrada a pertinência subjetiva da demanda, pois a lide versa sobre o contrato de prestação de serviços de trabalho temporário, no qual figura como contratante a empresa ré.

Rejeito as preliminares arguidas.

A controvérsia existente nos autos cinge-se em determinar qual das partes deve responder pelo débito trabalhista, levando em consideração o contrato de prestação de serviços entabulado.

Portanto, não altera o deslinde da ação o fato da autora ter realizado acordo com o trabalhador temporário antes do trânsito em julgado da sentença trabalhista. Assim, apenas é relevante ao julgamento o pagamento integral feito pela autora, referente ao débito trabalhista devido ao empregado temporário.

As partes celebraram contrato de prestação de serviços de trabalho temporário (fls. 27/30), constando expressamente no instrumento que *"será de exclusiva responsabilidade da SMF Consultores o pagamento da remuneração devida ao Trabalhador Temporário (...) A SMF Consultores tem também a responsabilidade exclusiva de pagar os encargos sociais, impostos e taxas previstas na Lei 6.019/74 e legislação complementar"* (fls. 28).

Além disso, na sentença proferida na Justiça do Trabalho, a autora foi condenada como devedora principal, sendo fixada a responsabilidade da ré apenas de forma subsidiária. Dessa forma, não há que se falar em qualquer direito de reembolso da autora, pois era a responsável pelo pagamento das verbas indenizatórias devidas.

Note-se que as verbas contempladas na r. sentença trabalhista decorrem basicamente da ruptura do vínculo laboral, malgrado a estabilidade existente (fls. 61), fato atribuível à própria autora, não à ré. Portanto, contrariamente ao afirmado na petição inicial, a autora desembolsou certa quantia em dinheiro, em favor de seu empregado, em razão de ato próprio, qual

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

seja, a demissão praticada. Não são verbas decorrentes de acidente do trabalho a que a ré deu causa.

O Tribunal de Justiça de São Paulo entende que a empresa contratada é responsável pelo pagamento das despesas decorrentes de condenação em ação trabalhista, caso haja cláusula contratual prevendo sua responsabilidade pelos encargos trabalhistas. Seguem julgados que, *mutatis mutandis*, podem ser aplicados ao caso em tela:

"Cobrança - Contrato de prestação de serviços - Terceirização de serviços de segurança da autora - Ressarcimento relativo à condenação em processo trabalhista - Ação procedente - Assunção dos encargos trabalhistas pela empresa contratada - Responsabilidade da ré expressamente pactuada - Direito de regresso reconhecido - Ratificação dos fundamentos da sentença - Recurso não provido." (Apelação nº 9178730-36.2007.8.26.0000, Rel. Des. Miguel Petroni Neto, 20ª Câmara de Direito Privado).

"Ação de cobrança - Contrato de prestação de serviços - Pretensão da apelada no ressarcimento de despesas decorrentes de condenação em ação trabalhista proposta contra apelante e apelada - Instrumento particular firmado entre as partes - Caracterizada a responsabilidade da apelante pelos encargos trabalhistas - Possibilidade da apelada ser reembolsada pela apelante pelas despesas tidas decorrentes de encargos trabalhistas - Inocorrência de afronta à coisa julgada - Recurso não provido." (Apelação nº 9246529-67.2005.8.26.0000, Rel. Des. Heraldo de Oliveira, 13ª Câmara de Direito Privado).

"Contrato de prestação de serviços de mão-de-obra terceirizada e que foi executado com cláusula dispondo que a responsabilidade, pelos encargos trabalhistas, seria exclusiva da empregadora - Necessidade de se cumprir o que foi combinado, por ser natural do contrato em questão - Inocorrência de abuso ou outro vício que deponha contra a legalidade da convenção - Não provimento." (Apelação nº 9144423-03.2000.8.26.0000, Rel. Des. Enio Zuliani, 4ª Câmara de Direito Privado).

Além disso, a autora sequer se insurgiu contra a sentença que a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

condenou como devedora principal do débito trabalhista, descabendo, neste momento, pleitear o direito de regresso em desfavor da ré.

Por fim, o termo aditivo ao contrato (fls. 31/32) somente foi firmado em 27 de outubro de 2014, de modo que ao tempo da dispensa do trabalhador temporário (27.07.2012) a ré não estava obrigada a manter o contrato até o fim da estabilidade decorrente do acidente de trabalho.

Existe responsabilidade da ré pelo pagamento das contraprestações assumidas perante a autora, ao tomar o serviço profissional. Mas não constitui objeto da ação.

Diante do exposto, acolho os embargos e rejeito a ação monitória. Condeno a autora embargada ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados do patrono do embargante, fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

P.R.I.C.

São Carlos, 08 de abril de 2016.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA